

POLÍTICA

A Constituinte terá de volta o "rolo compressor antiestatizante" durante a votação do anteprojeto da Comissão da Ordem Econômica. Promessa de Cardoso Alves.

Ataque ao relatório Severo Gomes

Parlamentarismo: já se fala em nomes para o Ministério.

Enquanto aguarda o próximo dia 15 — quando emenda de sua autoria, profundo sistema de governo parlamentarista, será lida em sessão do Congresso (Câmara e Senado reunidos), dando início à tramitação independente dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte —, o senador Leite Chaves (PMDB-PR) já começou a consultar os constituintes sobre os "nomes qualificados para o futuro Ministério" do sistema parlamentarista. Na Comissão de Organização de Poderes e Sistema de Governo, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) representou a proposta do jurista Miguel Reale Júnior, estabelecendo o regime presidencialista misto.

Justificando sua precipitação — ao procurar nomes para um possível gabinete parlamentarista antes mesmo de esse sistema de governo ser aprovado —, o senador Leite Chaves alegou que o atual Ministério "não inspira confiança a ninguém". Além disso, segundo Leite Chaves, "é uma ilusão pensar que o PMDB terá condições de reduzir o mandato de Sarney, enquanto é maior ilusão ainda Sarney pensar em realizar qualquer plano de governo sem o apoio do Congresso".

O senador peemedebista afirmou que, aprovada a emenda pelo Congresso, o presidente, após ouvir as lideranças, "encaminhará à apreciação da Câmara o nome do primeiro-ministro e do conselho de ministros", acrescentando: "É uma forma imediata de nos livrarmos do Ministério atual, que não inspira confiança a ninguém e cuja mudança em parte ou in toto também não despertaria a credibilidade da Nação, a não ser dentro de uma nova filosofia de governo, como é o caso do parlamentarismo misto".

Ao pedir nomes para o conselho de ministros, Leite Chaves observa: "Para que possamos fazer uma avaliação desse novo Ministério e desejando aferir a qualidade dos homens públicos de que o País poderia dispor, gostaria que indicasse um ou dois nomes, dentro dos que lhe parecem mais respeitáveis e capazes, para integrar o futuro gabinete". O líder do PDS, deputado Amaral Neto — que diz ter assinado a emenda Leite Chaves apenas para ajudar na sua formalização à Mesa do Congresso —, não pretende responder à consulta.

Presidencialismo misto
A proposta do jurista Miguel Reale, reapresentada pelo deputado Maurílio Ferreira Lima — a pedido do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães —, prevê um regime presidencialista misto, com divisão de poderes entre o presidente da República e o primeiro-ministro. Este seria, no entender de Maurílio, o primeiro passo para a posterior implantação do parlamentarismo puro.

Trata-se da mesma emenda já apresentada na Subcomissão do Poder Executivo, que será representada em todas as instâncias da Constituinte, com pedido de destaque apenas na Comissão de Sistematização.

O deputado Michel Temer (PMDB-SP) também pretende apresentar proposta para mudança do atual regime de governo. Ele defende a tese de que a melhor alternativa seria a eleição de um presidente, que indicaria com a aprovação do Congresso, um primeiro-ministro, executor da administração cuja chefia, no entanto, ficaria com o presidente da República.

Segundo Temer, essa proposta, que fortalece o Legislativo e evita a disputa interna pelo poder no âmbito governamental, traria resultados mais eficazes que o presidencialismo atual, ou o parlamentarismo misto ou puro.

Mandato
O grupo "centro democrático" e outros constituintes que defendem mandato de cinco anos para o presidente Sarney continuam trabalhando para excluir do relatório do deputado Egidio Ferreira Lima o dispositivo que estabelece eleições presidenciais em novembro do próximo ano.

O deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo e da maioria na Câmara, já manteve vários contatos com os demais defensores do mandato de cinco anos. O deputado Alberico Filho (PFL-MA), primo de Sarney, também está participando da organização de entendimentos para manter o mandato em cinco anos, como fez na Subcomissão do Poder Executivo. Na comissão temática, cálculos da liderança do governo indicam que 36 dos seus 63 integrantes são a favor dos cinco anos.

O "rolo compressor" antiestatizante voltará a funcionar durante a votação do anteprojeto do capítulo da ordem econômica na Constituinte, no próximo final de semana. A promessa é do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que liderou a votação na Subcomissão de Agricultura e Reforma Agrária contra o estabelecimento de limites máximos para a propriedade rural e contra a desapropriação sumária sem recurso ao Judiciário.

Cardoso Alves afirmou que a vitória na Comissão da Ordem Econômica será de 39 a 24 votos, ou seja, a soma dos 12 votos da Subcomissão Agrária, 12 votos da Subcomissão da Questão Urbana e Transportes e os 15 da Subcomissão de Princípios Gerais. O deputado paulista pretende ainda derrubar os relatores das duas últimas subcomissões, Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE) e Virgildásio de Senna (PMDB-BA), que classificou de estatizantes, para que eles sejam impedidos de participar da Comissão de Sistematização. O terceiro relator de subcomissão, José Ulysses (PMDB-MG), vota com o "rolo compressor".

A tática a ser utilizada, segundo acordo inicial firmado pela maioria do grupo durante o almoço de ontem, era a de apresentar substitutivos aos capítulos das três subcomissões, e que foram fundidos pelo relator da comissão, senador Severo Gomes (PMDB-SP). Cardoso Alves pretende ainda impedir que o presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, Ulysses Guimarães (PMDB-SP), volte atrás e venha a impedir a apresentação de substitutivo. Ulysses já havia permitido, como presidente da Constituinte, que fosse apresentado substitutivo durante a votação



Deputado Severo Gomes: sob fogo cerrado.

da questão agrária, embora isso contrarie frontalmente o estabelecido no regimento interno da Constituinte, aprovado depois de 60 dias de penosas negociações.

Interferência
Outro temor de Cardoso Alves

é de que a cúpula do PMDB venha a substituir membros das comissões, de modo a obter maiorias eventuais para aprovação de anteprojeto fiéis à orientação programática do partido. Uma manobra desse tipo, argumentou o deputa-

do, quebraria a cadeia de funcionamento da Constituinte até o momento em favor daqueles que querem o agendamento do Estado. Referindo-se aos estatizantes, Cardoso Alves afirmou que "eles têm que entender que a propriedade é do cidadão, e não do Estado; e que o Estado só deve interferir na economia para suprir algumas deficiências — e por tempo determinado — ou para garantir o bem comum na exploração do sistema de energia, do petróleo".

Já o deputado Afif Domingos (PL-SP), que coordena o grupo antiestatizante na Subcomissão de Princípios Gerais, considera que ainda há tempo para negociar com o relator Severo Gomes. O grupo não abrirá mão, no entanto, de uma conceituação não xenófoba de empresa nacional e das regras para o capital estrangeiro; da limitação constitucional do poder de intervenção do Estado; e das garantias para que os proprietários desapropriados possam recorrer à Justiça para não ficar à mercê da tecnocracia.

Afif Domingos disse preferir a tática utilizada em sua subcomissão durante votação do anteprojeto de Virgildásio de Senna, que foi a de alterar todo o texto, ponto por ponto, sem apresentação de substitutivo integral. A definição de empresa nacional apresentada por Severo Gomes, segundo Afif Domingos, é aceitável, embora sua redação possa ser melhorada. A ampliação do monopólio do petróleo proposta pelo relator, no entanto, abrange toda a petroquímica, a indústria de plásticos e outros setores, sendo inaceitável. "Lutaremos pela manutenção do monopólio, tal como está na atual Constituição", afirmou Afif Domingos.

E MAIS:

As três primeiras emendas apresentadas à Constituinte por grupos de cidadãos não foram encaminhadas à Comissão de Sistematização, mas apenas recebidas como sugestão. Elas não continham o endereço, nem o número, seção e zona eleitoral dos signatários, dados exigidos pelo regimento interno. Uma das emendas, protegendo a criança na futura Constituição, foi assinada por um milhão e duzentas mil pessoas.

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, reuniu-se, ontem, na residência do deputado Ulysses Guimarães, com seus vice-líderes e os líderes Luís Henrique, Fernando Henrique Cardoso e Carlos Sant'Anna. Sua intenção é obter consenso no partido quanto aos pontos mais polêmicos em cada comissão para poder negociar com os demais partidos. O líder do PFL, José Lourenço, está pronto a negociar, e anunciou que vai procurar Covas para um entendimento na Comissão de Ordem Social.

O deputado Roberto D'Ávila (PDT-RJ) apresentou emenda à Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher assegurando o sigilo da fonte no trabalho dos jornalistas, e suprimindo parte do texto no qual é assegurada a liberdade de manifestação do pensamento, de princípios éticos, de convicção religiosa e filosófica, política e ideológica. A supressão atingiu a frase: "Excluídas as (liberdades) que incitem à violência e defendam discriminações de qualquer espécie".

Até às 18 horas de ontem o parecer do relator Almir Gabriel (PMDB-PA), da Comissão de Ordem Social, recebeu 530 emendas, e havia fila para a entrega de outras propostas de alteração. Os temas mais polêmicos são a estabilidade no emprego, direito de greve, sindicalização, estabilização dos serviços básicos de saúde e financiamento do setor.

O relator da Comissão de Organização do Estado, José Richa (PMDB-PR), admitiu acolher a proposta de criação do Estado de Tocantins (aprovada duas vezes pelo Congresso e vetada pelo presidente Sarney). Para isso, o deputado Siqueira Campos, autor da idéia, terá de cumprir a exigência de plebiscito, uma das etapas para a criação de novos Estados.

Mais polêmica na Comissão do Sistema Tributário

Uma emenda do Norte-Nordeste promete aumentar a polêmica no debate sobre os recursos do FPE.



Serra: criticado pelos nordestinos.

Esperam-se hoje novos lances na briga entre o Norte-Nordeste, de um lado, e o Centro-Sul, de outro, pelos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE), com a apresentação de uma emenda ao substitutivo do relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças da Constituinte, deputado José Serra (PMDB-SP). A emenda é patrocinada pela bancada nordestina da Comissão, e os parlamentares nela empenhados prometem trazer a Brasília, para reforçar suas posições, os governadores Miguel Arraes (PE), Waldir Pires (BA) e Tasso Jereissati (CE).

A emenda prevê a destinação de 17% da arrecadação total do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados às regiões Norte e Nordeste, contra 6% do mesmo bolo para o Centro-Sul e o Centro-Oeste. Esses 23% (6% mais 17%) da arrecadação nacional formariam o IPC proposto pela comissão temática.

Com a presença de Arraes, Pires e Jereissati no âmbito da Comissão do Sistema Tributário, os parlamentares nordestinos esperam, também, contrapor-se aos governadores Pedro Simon (RS) e Wellington Moreira Franco (RJ), a quem acusam de ter forçado a mudança dos artigos favoráveis à região Norte-Nordeste, anteriormente aprovados pela Subcomissão de Tributos.

"Se o novo substitutivo não agrada, vamos para a votação", garante o deputado baiano Benito Gama, secretário de Finanças de seu Estado, que assina a emenda dos nordestinos. Eles contam com o apoio dos deputados do Norte e do Centro-Oeste (que também seriam beneficiados pela emenda), além do Espírito Santo, para conseguir a maioria dos 63 votos da comissão. Gama e outros parlamentares do nordeste almoçaram ontem com o presidente da comissão, deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), e mantiveram várias reuniões durante o dia, para chegar à emenda.

Principal controvérsia
A distribuição dos tributos tor-

nou-se o ponto mais controvertido da comissão, depois da apresentação do substitutivo do deputado José Serra, deixando em segundo plano a polêmica sobre a proposta do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) para o sistema financeiro, que tinha dominado o noticiário até a semana passada. Prova disso é que a reunião da comissão realizada ontem à tarde, para discutir o capítulo do sistema financeiro, atraiu menos constituintes e provocou menos discussões do que outro encontro convocado para discutir o capítulo do sistema tributário, apesar do horário mais ingrato deste último: começou às 20h30 de anteontem, segunda-feira, e só terminou três horas depois.

A distribuição dos recursos do FPE causou as maiores discussões na reunião de anteontem, a partir das críticas do relator da Subcomissão de Tributos, Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), à mudança introduzida por Serra. Outros parlamentares do Nordeste apoiaram Coelho, enquanto apenas Nelson Wedekind, de Santa Catarina, apoiou o relator da comissão. Serra garantiu aos constituintes que o espírito do seu substitutivo era o de manter a mesma distribuição de recursos que existe hoje, destinando 20% do FPE apenas ao Norte e Nordeste.

Mas os parlamentares nordestinos argumentam que a redação do substitutivo mantém o percentual, mas aumenta o número de fatias do bolo, ao estabelecer que esse mesmo 20% caberão a todos os Estados com renda per capita inferior à renda nacional. Serra admitiu negociar a questão, lembrando, entretanto, que outros dispositivos de seu substitutivo favorecem as regiões mais pobres. Ele citou a determinação de que tanto o Plano Plurianual de Investimentos da União como os próprios orçamentos anuais sejam regionalizados. "A questão regional, nesta comissão, tornou-se mais importante que as próprias divisões ideológicas", comentava Serra ontem, incomodado com o fogo cruzado que está enfrentando.



Egidio: pelos quatro anos.